

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MAIANA BARBOSA MAFFINI

**TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E OS REBATIMENTOS NA RELATIVA
AUTONOMIA DO ASSISTENTE SOCIAL**

Florianópolis (SC), Outubro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MAIANA BARBOSA MAFFINI

**TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E OS REBATIMENTOS NA RELATIVA
AUTONOMIA DO ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de bacharel em Serviço Social pela
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mariana Pfeifer

Florianópolis (SC), Outubro de 2015.

MAIANA BARBOSA MAFFINI

**TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E OS REBATIMENTOS NA RELATIVA
AUTONOMIA DO ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal
de Santa Catarina.

Monografia aprovada em 15 / 10 / 2015

Banca Examinadora



Prof^a. Dra. Mariana Pfeifer
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento
Examinador
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof^a. Samira Safadi Bastos
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Para aqueles que acreditam na beleza dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus pela oportunidade da vida, da forma como ela é e será...

Agradeço carinhosamente ao meu pai Mauro, pelo homem guerreiro e batalhador que é, tenho certeza que se cheguei ao fim desta jornada foi pelo seu apoio precípuo.

À minha mãe Saira.

Ao Glauber, pelo amor, pelo cuidado e afeto que me tem agraciado todos estes anos. Mas principalmente por sua força, sua coragem e por sua vontade de viver, que me servem de apoio e incentivo cotidianamente. És a 'mola' propulsora para que eu vislumbre projetos maiores. Este trabalho é por você.

Às companheiras(os) de estágio, Aline, Cleuzi, Fernanda, Diogo e Tati. Pelas risadas e pelas inúmeras vezes que discutimos sobre este mundo, sobre as injustiças e incertezas que o futuro reserva.

À toda equipe do Núcleo Formação e Trabalho, por oportunizar a aprendizagem e a experiência durante o período de estágio profissional.

Especialmente agradeço à Deise minha amiga de todas às horas nesta jornada.

À Samanta, obrigada por dividir tantos momentos divertidos outros nem tanto ao longo desta jornada.

À professora e orientadora Mariana Pfeifer por aceitar o convite de orientar-me, pelo convívio, pelo respeito e pela aprendizagem ímpar.

Aos professores Helder Boska e Samira Bastos por aceitar o convite para compor a banca examinadora deste trabalho.

Ao Grupo de Pesquisa em Serviço Social - GEPSS, mestrandas e professoras, com quem partilhamos algumas valorosas reflexões durante este processo, o meu muito obrigada.

E a todos que de alguma forma, contribuíram no processo de aprendizagem, direta ou indiretamente.

RESUMO

O presente trabalho objetiva apontar que as transformações societárias ocorridas no último quartel do século XX início do século XXI, principalmente aquelas relacionadas ao mundo do trabalho, colaboram para ampliar ou reduzir as margens da relativa autonomia do assistente social. Como objetivos específicos buscou-se: apreender o significado da relativa autonomia a partir da visão de alguns autores do Serviço Social; Desvelar as transformações estruturais e societárias em curso que colaboraram para mudanças no mundo do trabalho; E, analisar como estas mudanças atingem o Serviço Social no sentido da autonomia profissional. Optou-se pela pesquisa bibliográfica, pois trata-se de uma pesquisa elaborada com base em materiais já publicados e servem para fornecer fundamentação teórica ao trabalho. Após esta pesquisa pôde-se afirmar que precarização e flexibilização do trabalho do assistente social colabora ainda mais para reduzir a autonomia relativa profissional. A reorganização do Estado aumenta a oferta de trabalho no campo de serviços e neste campo amplia-se as margens da relativa autonomia. Este trabalho está estruturado em três capítulos, no primeiro tratou-se da concepção da relativa autonomia do assistente social a partir de autores do Serviço Social, no segundo capítulo foi abordada as alterações do mundo trabalho e o reordenamento do Estado brasileiro. No terceiro capítulo analisou-se as tendências atuais do mercado de trabalho do assistente social e como estas tendências colaboram para ampliar ou reduzir a relativa autonomia profissional.

Palavras-chave: Relativa autonomia. Trabalho profissional. Precarização. Flexibilização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. RELATIVA AUTONOMIA A PARTIR DOS AUTORES DO SERVIÇO SOCIAL	10
1.1 Marilda lamamoto e a condição de assalariado do assistente social.....	10
1.2 Vicente de Paula Faleiros e a subordinação do Serviço Social	14
1.3 José Paulo Netto e a expansão do capitalismo monopolista	16
1.4 Raquel Raichelis e as condições objetivas e subjetivas da prática.....	18
1.5 Ana Elizabete Mota e a autonomia intelectual	19
2. CRISE, REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DO ESTADO	22
2.1 Alterações no mundo do trabalho.....	22
2.2 Reordenamento do Estado Brasileiro: Neoliberalismo e Neodesenvolvimentismo	29
3. TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A RELATIVA AUTONOMIA PROFISSIONAL	35
3.1 Indicações metodológicas da pesquisa.....	35
3.2 Tendências que reduzem a autonomia relativa.....	37
3.2.1 O binômio terceirização/subcontratação.....	38
3.2.2 O pluriemprego e a intensificação do trabalho	41
3.2.3 Desespecialização e a desprofissionalização	43
3.2.4 A massificação do ensino superior em Serviço Social	45
3.3 Tendência que possibilita a ampliação da autonomia relativa do assistente social	48
3.3.1 Aumento de trabalho no campo dos serviços	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como temática de estudo demonstrar que as transformações societárias em curso, principalmente aquelas relacionadas ao mundo do trabalho, incidem sobre o trabalho do assistente social e desta forma, corroboram para ampliar ou reduzir as margens da *relativa autonomia do assistente social*.

Isto é, apontar que as transformações societárias ocorridas a partir do último quartel do século XX e início do século XXI contribuem para aumentar ou reduzir as margens da relativa autonomia do assistente social é o objetivo deste trabalho.

A motivação pela escolha do tema foi a partir de inquietações que surgiram durante a vivência do Estágio Curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi possível identificar as formas de precarização/flexibilização do trabalho do assistente social, e assim, levantar a questão de como sustentar a autonomia profissional frente ao contexto adverso.

Assim, após o levantamento bibliográfico preliminar¹ delimitou-se o objeto de estudo: as transformações societárias e os rebatimentos na relativa autonomia profissional do assistente social.

A relevância de pesquisar sobre a autonomia relativa do assistente social vem de encontro ao crescente aumento de postos de trabalho e novas demandas, e no contraponto deste aumento, os direitos do assistente social enquanto trabalhador assalariado, que no mesmo movimento, vem sendo colocado como objeto de flexibilidade e precariedade. Diante do quadro de regressão de direitos profissionais, urge a necessidade de **reafirmar e fortalecer** a autonomia profissional.

Acreditamos que as profundas mudanças incidem sobre as formas de contratação, as demandas profissionais, as respostas a estas demandas entre tantas outras que poderíamos citar aqui, mas com mais acuidade trataremos sobre como as transformações no mundo do trabalho rebatem diretamente nos espaços sócio-

¹ Segundo Antonio Gil (GIL, 2010, p.46) “O levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem como finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área na qual está interessado”.

ocupacionais e conseqüentemente sobre o trabalho do assistente social que possui nas instituições contratantes um determinante para o exercício profissional.

Cabe indicar que esta pesquisa tem o seguinte objetivo geral: apontar que as transformações societárias ocorridas no último quartel do século XX, principalmente aquelas relacionadas ao mundo do trabalho colaboraram para ampliar ou reduzir as margens da relativa autonomia do assistente social.

Objetivos específicos são: apreender o significado da relativa autonomia a partir da visão dos autores clássicos do Serviço Social; desvelar as transformações estruturais e societárias em curso que corroboram para mudanças no mundo do trabalho; e analisar como estas mudanças atingem o Serviço Social no sentido da autonomia profissional.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: na primeira seção analisamos a autonomia relativa do assistente social a partir do entendimento de autores clássicos do Serviço Social brasileiro, sendo eles: Marilda Yamamoto, José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros, Raquel Raichelis e por fim, Ana Elizabete Mota. Na segunda seção discute-se as transformações no âmbito da produção e suas conseqüências no “mundo do trabalho”. E por fim, trata-se dos rebatimentos na relativa autonomia do assistente social, e assim possibilitam ampliações e reduções das margens da autonomia relativa do assistente social.

1. RELATIVA AUTONOMIA A PARTIR DOS AUTORES DO SERVIÇO SOCIAL

Esta seção contempla uma revisão bibliográfica da literatura sobre a concepção da autonomia relativa do assistente social com o intuito de compreender este fenômeno. O tema da autonomia relativa do assistente social é um desafio, pois ainda é pouco explorado na profissão, quando abordado geralmente está relacionado às questões da prática profissional.

Para compreender a autonomia relativa do assistente social é necessário recorrer a análise teórica dos autores do Serviço Social. Os autores ora apresentados trilham por caminhos diversos sobre o cotidiano e a prática profissional, contudo são objetos de reflexão para compreender a autonomia relativa o processo de institucionalização do Serviço Social, consolidando-se como profissão e conseqüentemente o assalariamento do assistente social, as relações que permeiam a prática profissional e a tensão entre autonomia profissional e projeto ético-político. Desta forma, analisaremos brevemente alguns autores clássicos do Serviço Social, iniciando com Marilda lamamoto, após Vicente de Paula Faleiros, em seguida José Paulo Netto, Raquel Raichelis e por fim, Ana Elizabete Mota.

1.1 Marilda lamamoto e a condição de assalariado do assistente social

Inicialmente foi analisada a autora Marilda lamamoto sobre o tema da relativa autonomia do assistente social. Sendo necessário resgatar um pouco da interpretação teórico-crítica da autora sobre a gênese do Serviço Social enquanto **profissão** na sociedade brasileira.

Foi a partir da perspectiva histórico-crítica que passamos a compreender o Serviço Social inserido no conjunto de *condições e relações sociais* que lhe imprimem significado. Sobretudo, a partir da adoção desta matriz teórica passou-se a reconhecer o papel claramente **político** do assistente social na sociedade de classes. Destarte, passamos a reconhecer o Serviço Social como uma profissão liberal e especializada, que realiza um trabalho coletivo e que atua diretamente na

produção e reprodução da vida social e para isto, dispõe de uma *relativa autonomia* na condução do seu trabalho (IAMAMOTO, 2008).

Foi na década de 80 do século XX, que o assistente social passou a ser analisado inserido no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, perspectiva inaugurada por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho na obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1992). Evidenciando assim, o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e inovando ao reconhecê-lo como *trabalhador assalariado*. Consubstancia-se na condição de assalariado o primeiro elemento que incide frontalmente na autonomia relativa do assistente social.

A categoria *trabalho* é privilegiada na obra de Iamamoto, a escolha desta categoria se dá pelo seu papel na constituição do ser social e também na produção da vida material e espiritual do ser que trabalha. Pelo trabalho o homem se concretiza enquanto ser social, satisfaz necessidades humanas, utiliza sua racionalidade, age teologicamente, pensa e depois executa e assim descobre novas potencialidades e capacidades. Através de uma abordagem heurística, a autora trata das questões da sociabilidade que são provenientes do trabalho (IAMAMOTO, 2009).

Ao tratar dos processos de trabalho do assistente social, Iamamoto (2009) leva-nos a compreender o exercício profissional inscrito em processos de trabalho, realizado mediante *meios, instrumentos e objeto* no qual incide a ação profissional. Não obstante, esses elementos **não** afastam o trabalho do assistente social da produção de valor e mais valia, próprios da sociedade capitalista, por isso, o trabalho possui uma dupla dimensão, útil-concreto² e abstrato, conceitos apropriados pela autora da teoria marxiana, a fim de realizar tal prospecção (IAMAMOTO, 2009).

Como expressa Iamamoto (2009, p.10 – grifos no original),

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução *desta sociedade em seu movimento e em suas contradições*: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social.

² “Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (MARX, 1996, p. 175)”

O processo de produção e reprodução das relações sociais, envolve não tão somente a reprodução da vida material, mas também a vida espiritual dos sujeitos envolvidos. Podemos afirmar que o Serviço Social é partícipe do processo de (re) produção das relações de classe, **proporciona e colabora** através deste processo a continuidade da sociedade de classes antagônicas e dispare, mesmo quando exista um projeto ético-político de profissão que vislumbre uma nova ordem societária, trata-se do caráter contraditório do trabalho do assistente social. Esta contradição/tensão é o segundo ponto que influi diretamente na autonomia relativa do assistente social.

Reconhecer o assistente social como trabalhador assalariado leva a muitas consequências teóricas e políticas para a análise do processo de profissionalização e institucionalização da profissão de Serviço Social. O assistente social se insere no mercado de trabalho por meio de uma relação contratual: seja ela com instituições pública, privada ou não governamental. E será esta relação contratual com seu empregador que irá ditar os meios, instrumentos e até mesmo demandas ao exercício profissional do assistente social. Para lamamoto (2008, p.45), a condição de assalariado “representa um determinante, fundamental na efetivação da autonomia do profissional”. Em decorrência desta relação contratual, passa o assistente social a vender sua força de trabalho, em troca de um salário, em outras palavras, em troca de serviços prestados ao demandante/contratante, torna-se subordinado aos **ditames** de quem compra sua força de trabalho especializada. Sobre isso, aduzem lamamoto e Carvalho (2001, p.79):

A profissão se consolida, então, como parte integrante do aparato estatal e das empresas privadas, e o profissional, como um assalariado a serviço das mesmas. Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula.

Desta forma, a relação de assalariamento conduz a autonomia do assistente social para ser constantemente tensionada através deste processo (compra e venda da sua força de trabalho), ou seja, da *mercantilização* da sua força de trabalho. Portanto, pode-se dizer que os empregadores, nos mais diversos espaços sócio ocupacionais imprimem condições ao exercício profissional e até mesmo direção ao fazer profissional.

Embora, mesmo sendo requerido pelas instituições para exercer funções contrárias ao que está fundamentado no projeto profissional do Serviço Social, e, ainda que exista a condição de assalariamento e todas as consequências, situadas por Iamamoto (2009), é justamente por estar inserido no contraditório campo *político-ideológico* das classes sob as quais se insere, que o assistente social dispõe de possibilidades para direcionar seu trabalho com fins a construir e efetivar a cidadania, a democracia e as demais diretrizes ético-políticas, lançando mão e potencializando seu espaço de autonomia profissional situado no campo concreto da contradição (IAMAMOTO, 2009).

Nessa perspectiva, “o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p.215). Aqui, ao estabelecer um vínculo empregatício, o assistente social é colocado na **tensão** entre a autonomia profissional, que é fundamentada no horizonte do projeto ético-político da profissão, por um lado, e no estatuto de trabalhador assalariado, por outro, esta tensão é imanente a condição de trabalhador assalariado e nenhum profissional estando sob as regras de um contrato conseguirá ficar imune.

A questão é, o assalariamento do assistente social influencia diretamente na autonomia profissional, uma vez que o assistente social não detém os meios e instrumentos para a consecução do seu trabalho, dependendo então daqueles que compram sua força de trabalho para a consecução do produto final do Serviço Social. Como expressa Iamamoto (2008, p. 215), “os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos”.

Esta relação de dependência, embora não descarte a autonomia do profissional, engendra condições para a realização do trabalho. Mas, sendo o Serviço Social uma profissão liberal³, regulamentada através de um aparato jurídico normativo: *Lei nº 8662 de 1993 que regulamenta a profissão, Código de Ética de 1993, Diretrizes Curriculares e as demais resoluções do Conselho Federal de*

³ Liberal não quer dizer autônomo, o profissional autônomo é aquele que não possui vínculo empregatício e trabalha por sua própria conta.

Serviço Social (CFESS), é resguardada a autonomia técnica do assistente social, e por isso, a não concretude destas normas, é pertinente de reclamação judicial.

1.2 Vicente de Paula Faleiros e a subordinação do Serviço Social

Vicente de Paula Faleiros (1997), percorre por caminhos similares a lamamoto. Para ele o Serviço Social tem sua prática profissional profundamente condicionada pelas **condições concretas** que ela se realiza. O Serviço Social encontra-se vinculado a determinantes que influenciam diretamente na **prática profissional** – vamos utilizar este conceito, uma vez que ele é utilizado pelo autor ora analisado – assim, ao vender sua força de trabalho, não pode ser considerado como uma profissão liberal. Eis um ponto de divergência entre Faleiros e lamamoto, para o autor não se pode considerar o Serviço Social uma profissão liberal, uma vez que esta não detêm os meios para a consecução do seu trabalho, pois se é no capitalismo que se gestam as formas para a realização deste trabalho especializado, torna-se trabalho alienado como os demais trabalhadores.

Em segundo lugar, ao vender sua força de trabalho o assistente social se livra da imagem de vocação ou benevolência que o passado lhe atribuía e ingressa no processo técnico e social do trabalho. Ora, ao vender sua força de trabalho, encontra-se, nas mesmas condições de exploração sob o qual se encontra os sujeitos sob os quais recai a sua ação: a classe trabalhadora.

Ao refletir sobre as condições institucionais o autor irá mostrar que o Serviço Social ocupa um espaço de **subordinação** nos processos decisórios institucionais, o que nos remete, implicitamente, a análise da relativa autonomia do assistente social nos espaços institucionais, com margens mais ou menos reduzidas ou ampliadas. Segundo o autor, por vezes, o profissional necessita manipular pequenos recursos para reforçar seu próprio poder pessoal. São estratégias de ação que o assistente social precisa lançar mão para alargar a sua própria autonomia (FALEIROS, 1997).

As diversas áreas de atuação do assistente social traduzem um contexto de atuação profissional estruturado do ponto de vista das determinações, vinculado ao modo de produção capitalista. “Em realidade, são domínios estruturados pelas

políticas e instituições, articulados aos modos de produção vigentes, com normas, funções, competências, hierarquias, enfim relações de poder e saber” (FALEIROS, 2014, p.707).

O autor também parte da análise da inserção do Serviço Social na perspectiva crítica-marxista. Através da qual, compreende a atuação profissional profundamente condicionada pelas determinações econômicas, políticas, culturais e sociais. No atendimento as demandas que chegam até ele, o profissional encontra-se condicionado a estas determinações, ou seja, a forma como será a resposta profissional as demandas é condicionada e subjugada pela prática. Sobre isto, aduz Faleiros (2014), as respostas a “questão social” devem ser consideradas primordialmente como **resultado de interesses antagônicos**, resultado das disputas de poder e de recursos conjuntamente articulados.

O papel do Estado em garantir benefícios e serviços é prover os mínimos sociais, gerir a manutenção da economia e assim, fortalecer a acumulação capitalista, em contrapartida garante a *reprodução da força de trabalho*. Este suporte dado pelo Estado através de benefícios e serviços é regulado por normas e regras dos quais os profissionais, como agentes do Estado devem **submeter-se** – entre estes profissionais está o assistente social – assim como também se submetem ao poder do Estado as demandas que devem ser atendidas e o público alvo.

Em suma,

A prestação de serviços sociais está, assim, condicionada pela legislação, pelo orçamento e pela gestão dos serviços num processo de trabalho dependente de uma subordinação gerencial, e por relações trabalhistas de um contrato salarial, seja em termos de CLT ou de serviço público (FALEIROS, 2014, p. 709)

Ao tratar o tema da autonomia relativa Faleiros aduz, “seria ingênuo afirmar que o Serviço Social profissional goza de autonomia, mas seria mecânico e esclerosado [sic] dizer que não tem iniciativa de ação, que não tem nenhuma capacidade de articulação” (2007, p.136). Esta passagem da obra *Estratégias em Serviço Social (2007)*, nos leva a compreender que, é no limiar da realidade que se articulam diferentes *tramitações e informações* vinculadas ao profissional e ao sujeito usuário. O assistente social pode alargar as margens desta “relativa” autonomia, que é sim relativa, mas, que é passível da sua ação para ampliar ou reduzir as margens e possibilidades de ação. Segundo Faleiros, “o trabalhador que

dispõe da força de trabalho é uma força social e política que precisa se fortalecer para realizar-se” (2007, p.137), este fortalecimento implica no estabelecimento de ações em conjunto, materializando estratégias de ação **coletivas**.

1.3 José Paulo Netto e a expansão do capitalismo monopolista

José Paulo Netto (1991b,1992,1996), possui uma das mais importantes contribuições ao Serviço Social crítico. O autor estrutura sua análise da formação histórica brasileira a partir da expansão do capitalismo monopolista mundial, período este marcado pela institucionalização do assistente social e da consolidação da profissão no âmbito das relações sociais.

Será então, somente no capitalismo monopolista que se gestam as condições histórico-sociais para a atuação do assistente social com caráter profissional. Cabe destacar a captura do Estado como “comitê” exclusivo da burguesia. Neste momento histórico, o Estado passa em grande medida, a atuar para favorecer o crescimento da taxa de lucro e, em contrapartida, amplia sua atuação para garantir o **consenso** na sociedade necessário para assegurar a acumulação capitalista. O Estado garante condições não apenas econômicas, mas funções políticas para garantir o superlucro, trata-se do “jogo democrático” que atende demandas das classes subalternas em prol de interesses econômicos, e por isso a “questão social”⁴ se torna alvo de políticas sociais passíveis de intervenção.

É neste cenário que se torna necessária a profissão de Serviço Social, sua emergência como profissão é fundamentada na *necessidade* de criação de um espaço sócio-ocupacional, estabelecido a partir de condições históricas que demandaram este agente, surge assim o **mercado de trabalho do assistente social**. Poder-se-ia afirmar ainda que para o autor é débil as afirmações que o Serviço Social como profissão advém da evolução teórica da filantropia. Embora,

⁴Segundo Pfeifer e Barth (2012, p. 315), “A questão social se apresenta como uma expressão da contradição fundamental do modo de produção capitalista. Veja-se: enquanto o trabalho é coletivo e desenvolvido pelo conjunto da sociedade, a apropriação da riqueza e dos frutos produzidos pelo trabalho social é privada, sendo apropriada por uma parcela da população, notadamente, pela classe burguesa detentora dos meios de produção. Esta forma de estruturação econômica, social e política da sociedade, por um lado, levou ao crescimento estrondoso da miséria, e por outro, possibilitou o igualmente abissal acúmulo e a concentração de capital.”

exista uma relação de continuidade com suas protoformas desenvolvidas desde o surgimento da sociedade burguesa, a relação de **ruptura com a filantropia**, instaura decisivamente o Serviço Social enquanto profissão. Assim, segundo Netto,

pouco a pouco os agentes começaram a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade. O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle (1996, p.68).

Apenas quando o Serviço Social consegue se desvencilhar das formas tradicionais de ajuda, filantropia e voluntarismo é que conseguem de fato buscar outra orientação, diferente daquelas **éticas e morais** conservadoras que orientavam a prática social fundamentada na Igreja, mesmo que ainda hoje se mantenham práticas conservadoras no interior da profissão – o neoconservadorismo.

O mercado que emerge ao Serviço Social como profissão concretiza a ruptura e oferece condição ao sujeito profissional estabelecer um significado social para sua ação. Vinculando-se à dinâmica da ordem monopólica, “investido como um dos agentes executores das políticas sociais” (NETTO, 1996, p.71). Ou seja, os pressupostos destas determinações históricas da profissionalização do Serviço Social brasileiro na emergência do capitalismo monopolista, a ação profissional recai no campo da cultura das classes subalternas, pois atuando como mediador político influi na contenção da luta de classes, corroborando para a manutenção da ordem burguesa, eis o papel do assistente social na visão de José Paulo Netto. Colocando em ênfase o sincretismo da prática profissional, esta concepção se fundamenta na ausência do referencial crítico-dialético coerente que condiciona a prática sincrética fundamentada na questão social, no cotidiano e na manipulação de variáveis empíricas, obscurecendo a categoria ontológica da realidade social que é a totalidade (NETTO, 1992).

1.4 Raquel Raichelis e as condições objetivas e subjetivas da prática

Para Raquel Raichelis (2011), a relativa autonomia de que dispõe o assistente social sofre implicações do processo da compra e venda da sua força de trabalho. Ao se inserir no processo de mercantilização e no universo do valor do capital, o assistente social circunscreveu **condições concretas** para a sua prática profissional. Raichelis (2011) irá se apropriar das discussões de Yamamoto (2007) sobre a dupla dimensão do trabalho em Marx (1968), que considera o Serviço Social como trabalho concreto-útil, que cria valores-de-uso necessários aos seres humanos. Entretanto também vai considerá-lo como trabalho abstrato, aquele que proporciona a *reprodução* e autovalorização do capital gerando mais-valia.

A autora problematiza a concepção do assistente social como trabalhador assalariado, inserido em um processo de trabalho e por isso deve ser pensado como parte da classe trabalhadora, estando exposto aos mesmos dilemas comuns a todos os trabalhadores. Esta concepção nos remete a ultrapassar a visão que percebe a prática a partir de relações que envolvem somente o assistente social e o sujeito aos quais presta serviço. Aqui podemos analisar a reflexão da autora sobre dois pontos principais: primeiro, ela chama a atenção para o assistente social não se sentir partícipe da classe trabalhadora, tendo com ela ainda, uma relação de exterioridade. Segundo, ultrapassar a visão que percebe somente o **assistente social e os sujeitos para os quais presta serviço**, é reforçar, para além desta visão dual, o importante papel do trabalho **coletivo** e especializado que o assistente social produz (RAICHELIS, 2011). Ou seja, sua inflexão corrobora com Faleiros (2014), sobre a necessidade de criar estratégias de articulação dos profissionais com o sujeito usuário.

Fica claro na análise da autora que a autonomia relativa do assistente social é condicionada e tensionada pela questão do assalariamento, e os dilemas da alienação que são indissociáveis do trabalho assalariado. Embora regulamentado como trabalhador liberal, seu exercício profissional se encontra, profundamente mediatizado pelas instituições contratantes (RAICHELIS, 2011). Estando então, o

exercício profissional mediatizado pelas instituições contratantes, Raichelis se expressa,

a problematização do processamento concreto do cotidiano do trabalho do assistente social, em suas múltiplas dimensões, agrega um complexo de novas determinações e mediações que põem em relevo as contradições entre a direção social que o assistente social **pretende imprimir** ao seu trabalho e as exigências impostas pelos empregadores aos trabalhadores assalariados (RAICHELIS, 2011, p.427, – grifo meu).

Aqui podemos notar a tensão existente entre o projeto ético-político do Serviço Social e as condições que dispõe o assistente social para materializar tal projeto em sua concretude. Esta influi diretamente na *autonomia relativa* do assistente social. Uma vez que, trabalhar sob a ótica de um projeto ético-político é trabalhar na perspectiva de um horizonte planejado e almejado pela categoria profissional, que vislumbra **defender e ampliar** os direitos das classes subalternas, mas também defender projetos que ampliem os espaços sócio-ocupacionais da sua própria categoria profissional, e assim, possibilitem ampliar a autonomia técnica, suas atribuições e competências.

Contudo, para além da análise da institucionalização do assistente social, Raichelis (2011) aponta que existem condições **objetivas e subjetivas** que devem ser consideradas na prática profissional. Trata-se da maneira pela qual o profissional introduz na sua consciência o significado do seu trabalho que reflete diretamente na sua ação profissional. Não obstante, o sujeito profissional possui sua subjetividade, que é resultado do seu modo de ver e pensar o mundo, e suas relações neste mundo. Portanto, as condições não somente objetivas possuem destaque para Raichelis (2011), mas também as questões subjetivas, que são da ordem da sociabilidade do sujeito.

1.5 Ana Elizabete Mota e a autonomia intelectual

Outra autora do Serviço Social que debate a autonomia relativa e o processo de trabalho é Ana Elizabete Mota (2014). Para ela uma das grandes dificuldades da atualidade é garantir os avanços teórico-políticos e acadêmicos do Serviço Social

brasileiro conquistados na década de 1980. Esta preocupação está intimamente ligada com o tema proposto por este trabalho, o debate acerca da relativa autonomia do assistente social na contemporaneidade.

A autora defende que se, por um lado, temos a tensão existente entre o processo de trabalho (subordinado aos interesses de quem contrata o trabalho do assistente social), por outro, temos a natureza da relativa autonomia técnica e teórica-política do assistente social que nos aduz mediações (MOTA, 2014).

Remete-nos a importância da análise do processamento do trabalho do assistente social a partir das suas múltiplas determinações e dimensões, pois o cotidiano do trabalho profissional requer inúmeras mediações que conjecturam tensões imanentes a condição de trabalhador assalariado do assistente social.

Mais ainda, é a mediação por meio da consciência individual e coletiva do profissional, através de uma série de conhecimentos acumulados, além do domínio institucional, que implica conhecer os processos institucionais e as competências profissionais que nos proporciona operar articulações e negociações traduzidas nas exigências teórico-operativas da profissão. Para a autora, o profissional deve problematizar as questões que são imanentes ao cotidiano para desvendar a **realidade**. Deve ainda, se atentar para as demandas institucionais, são elas que vão orientar suas propostas de ação com embasamento nas **condições objetivas** que estão postas na realidade, é o que a autora chama de exercer uma relativa autonomia intelectual (MOTA, 2014).

Ainda segundo a autora,

Na ausência dessa competência intelectual, que requer reflexão, estudo, pesquisa e domínio de informações sobre a realidade, ganham projeção técnica a avaliação e o julgamento dos resultados da ação que, quase sempre, recaem na constatação da impossibilidade de utilização da teoria social crítica, de inspiração marxiana, para tratar os fenômenos singulares e contemporâneos. Isso porque na teoria marxiana alguns leitores desavisados procuram inspiração para orientar ou instrumentalizar imediatamente as demandas cotidianas. Amparando-se na negação da perspectiva da totalidade e no fato de as categorias marxianas não darem conta das problemáticas do dia a dia profissional, advogam a pertinência do marxismo para explicar as macroestruturas, mas praticam o pragmatismo e o empirismo para atender aos requisitos da ação cotidiana (MOTA, 2014, p.701).

Assim, podemos inferir que diante das concepções apresentadas, a autonomia relativa do assistente social passa a ser considerada a partir da

institucionalização do Serviço Social nos marcos do capitalismo monopolista. Ou seja, o momento no qual a profissão é legitimada e socialmente necessária, o assistente social passa a trabalhar por meio de uma *relação contratual*, onde as questões do assalariamento induzem a alienação e ao trabalho subordinado aos ditames de quem o contrata.

O Serviço Social imerso na contradição em servir a dois senhores: o capital e o trabalho, permaneceu por muitos anos a servir ao capital, seja através de mecanismos ideológicos, seja através da manutenção da força de trabalho. Muito embora isto não tenha sido uma escolha da profissão, um caminho que tenha sido mais ou menos consciente, por muitos anos servimos ao capital. Entretanto, a contradição de servir a dois senhores existe até os dias atuais, e ao nível do inconsciente opera sob os assistentes sociais através da ideologia neoliberal e neoconservadora. Por isso, mais do que nunca é necessário reforçar a teoria social crítica como balizadora teórico-metodológica do Serviço Social, além do compromisso ético-político da categoria frente a classe trabalhadora.

2. CRISE, REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DO ESTADO

Este capítulo contempla questões acerca das alterações no mundo do trabalho e seus impactos na gestão e o organização do mercado. Em seguida, abordaremos o reordenamento do papel do Estado brasileiro frente às políticas sociais, contemplando assim, uma análise sobre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo no Brasil.

2.1 Alterações no mundo do trabalho

Sabemos que no devir histórico do capitalismo evidenciaram-se diversas transformações, principalmente no campo do trabalho e das lutas sociais, gerando uma verdadeira reorganização do mundo do trabalho.

Contudo, o sistema capitalista mantivera a sua essência, conforme destaca Druck (2011, p.41)

Um sistema cujas relações sociais se assentam sobre o trabalho assalariado, ou seja, pela apropriação do trabalho pelo capital, através da compra e venda da força de trabalho no mercado, independentemente das formas de contrato existentes ou predominantes.

Estas transformações incidem sobre aqueles que possuem apenas sua força de trabalho para sobreviver, os trabalhadores que se sujeitam as mais diversas formas de exploração, imanente ao desenvolvimento do capitalismo.

Através dos diferentes padrões de acumulação, o capital busca incessantemente o lucro. Druck (2011, p.41) estabelece que os padrões de acumulação capitalista são resultantes de um:

Conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos, destacadamente as lutas de resistência dos trabalhadores, que colocaram limites à acumulação, redefinindo e implementando direitos sociais e trabalhistas, assim como a aceitação e legitimação, pela sociedade e pelo Estado, da proteção social como um direito a ser garantido.

Com esta consideração, afirmamos que os contextos históricos, atuam sobremaneira nas condições conjunturais do sistema capitalista. Assim, velhas e novas formas de emprego coexistem em determinadas conjunturas.

O surgimento do capitalismo nos seus primórdios, coaduna com a existência de relações de trabalho desprotegidas e que, por vezes, levavam os trabalhadores a exaustão física devido às infindáveis horas de trabalho diário. A inexistência de leis que regulamentassem a relação contraditória entre patrão e empregado, por muito tempo favoreceu os abusos por parte da burguesia. O Estado se estabeleceu então como mediador desta relação antagônica.

Para compreensão deste fato é importante resgatar elementos do modo de produção taylorista/fordista. Não se trata de retomar “como se dá” o processo de trabalho⁵, a prioridade será sobre o conteúdo político e cultural que se consubstanciou neste período.

Deste modo, interessa-nos analisar que durante o período marcado pelo modo de produção fordista e taylorista, novas formas da cultura do trabalho foram conformadas, principalmente aquelas relacionadas ao *processo* de trabalho e à *relação* entre patrões e operários.

Apoiamos-nos primeiramente, em compreender a relação de compra e venda da força de trabalho que conforma a *sociedade salarial*, de acordo com Castel uma:

relação salarial comporta um modo de remuneração da força de trabalho, o salário - que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operário e de sua família -, uma forma da disciplina do trabalho que regulamenta o ritmo da produção, e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, isto é, o contrato de trabalho e as disposições que o cercam.[...] acabo de destacar essas características a partir dos critérios propostos pela escola da regulação para definir a relação salarial '**fordista**' (CASTEL, 1998, p.414 – grifo meu).

A relação salarial é a relação entre patrão e empregado regulamentada por meio de um contrato específico que deve ser resguardado pelo Estado. Nesse sentido Barreto destaca que, a relação de trabalho é:

baseada em um contrato específico, mediado e garantido pelo poder público, se torna hegemônica em todas as partes do mundo e é conhecida,

⁵O Processo de trabalho fordista e o aprofundamento e intensificação do taylorismo - enquanto prática de gestão/organização do trabalho que tem como princípio fundamental a separação entre planejamento e execução da produção - e a parcelização de tarefas, onde a linha de montagem (as esteiras rolantes) subordinam o trabalhador e o transformam numa engrenagem do processo de produção (BORGES, DRUCK, 1993, p.6).

tanto na linguagem popular quanto acadêmica como emprego. O emprego é, na verdade uma forma específica de trabalho assalariado, uma forma específica de trabalho capitalista que se configurou historicamente com o modelo de produção Fordista (BARRETO, 2014, p. 64).

Barreto (2014, p.65), concebe a relação de **trabalho fordista** da seguinte maneira:

é no fordismo que o trabalho, assume a forma de emprego e, além de se tornar símbolo de inclusão e inserção social [...]. Portanto, quando se fala em trabalho formal se está falando em emprego e, quando se fala em emprego, se está falando necessariamente de uma forma específica assumida pelo trabalho no capitalismo, que é o trabalho fordista.

O **pacto fordista** é um pacto entre patrão, empregado e o Estado. Onde a carteira de trabalho assinada estabelece um contrato específico, que possui regras de trocas mútuas entre as partes e seu cumprimento deve ser exigido pelo Estado. Estas regras aduzem que o trabalhador torna-se empregado de outrem, recebe um salário em troca do seu trabalho, além de um rol de benefícios e garantias historicamente determinados. E o Estado aparece como mediador desta relação antagônica, regulando e garantindo o **contrato**.

Paralelamente a isto, o fordismo inaugurou um modo de *produzir* mercadorias que transcendia o chão da fábrica⁶ alcançando assim as formas culturais. Para Guerra (Apud BORGES, DRUCK, 1993, p.7), o fordismo é identificado como:

Um modo de organização do conjunto da sociedade, à medida que "...designa o modo de desenvolvimento - articulação entre um regime de acumulação intensiva e um modo de regulação 'monopolista' ou 'administrado' - que marca uma determinada fase desenvolvimento do capitalismo em países do centro: os anos de prosperidade sem precedentes (a 'era do ouro') do sistema no pós guerra.

Ao ser tratado como um modo de organização do conjunto da sociedade, Guerra (1991) designa o fordismo como uma forma de produção e de vida social, e a fábrica aparece como palco político. Na formulação clássica sobre o fordismo, tem-se a inferência teórica de Gramsci (1984), onde se destaca a necessidade de combinar a força e a persuasão para obter o consenso da classe trabalhadora e fazer prosperar o projeto burguês de industrialização.

Nesta perspectiva, Gramsci enfatiza que os homens que vivem do trabalho não podem ser 'domesticados' e 'adestrados' através exclusivamente da coerção. É indispensável 'educá-los' para persuadi-los e obter o seu

⁶ No artigo intitulado "Americanismo e fordismo" de Gramsci, a adaptação do trabalhador as necessidades da indústria, Pfeifer (2008) faz uma interpretação de Gramsci quanto análise da forma como é necessário persuadir o trabalhador para obter seu consenso, ora por meio da coerção, ora pelo consenso e "educação".

consentimento para este novo modo de trabalho e de vida (GRAMSCI Apud BORGES, DRUCK, p. 27, 1993)

A vida tende a ser marcada pela racionalidade do capital, por meio de questões político-ideológicas que consubstanciam o “americanismo”. Ao analisar a introdução do método fordista na produção, Gramsci, acredita que haveria resistência por parte dos trabalhadores. Em decorrência disto, “teriam de ser ‘manipuladas’, e racionalizadas de acordo com as novas metas” (GRAMSCI Apud PFEIFER, 2008, p.19). Mais ainda, para construir um modo de vida social baseado na produção, era necessário combinar formas de *coerção e de consenso*, a coerção se baseava, entre outras medidas, em aniquilar os sindicatos, já o *consenso*, se daria através de medidas que persuadissem os trabalhadores, como por exemplo, aumentos salariais, benefícios, entre outros. Para Pfeifer (2008, p.19), “trata-se da construção de uma sociedade racionalizada que necessita de mecanismos de persuasão e força para o adestramento da classe trabalhadora, que, conseqüentemente cria uma filosofia de vida para a sociedade”.

Em meados de 1914, a jornada de trabalho em troca de um montante em dinheiro, ou seja, o salário, passava a ser utilizado como instrumento de barganha e contemplava assim o consenso e a ‘aceitação’ por parte dos trabalhadores. Surgia ali, um modelo de gestão do trabalho, baseado em pactos de concessões e trocas (DRUCK, 1999).

Portanto, registra-se que o período fordista, consolidou-se como uma época de efervescência e avanços nos direitos trabalhistas, além da hegemonia do trabalho assalariado.

No entanto, a partir do último quartel do século XX, intensificando-se no início do século XXI, profundas transformações relacionadas às respostas à crise de acumulação capitalista de 1973, incidiram sobre o modo de produção e o pacto fordista levando ao seu esgotamento.

Em decorrência da crise de 1973, algumas medidas foram adotadas para tentar superar a conjuntura:

- i) O acontecer da chamada “Terceira Revolução Industrial”;
- ii) As mudanças nas políticas de gestão e organização do trabalho;
- iii) As mudanças nos mercados de produtos, determinadas pela transformação das formas de concorrência intercapitalista, onde a qualidade e a diferenciação das formas de concorrência intercapitalista torna-se mais

do que nunca determinante das novas bases de competitividade (CORIAT Apud DRUCK, 1995, p. 67).

É possível identificar a partir destas medidas, que o sistema rígido de produção fordista, baseado na produção em série passa a ser criticado, e como solução aponta-se o modelo de *produção flexível*. A produção passa a ser voltada para atender a necessidade de um mercado que solicita produtos diferenciados e com pequenos pedidos.

Nestes moldes, o toyotismo, modelo desenvolvido por Taiichi Ohno na fábrica da Toyota no Japão, foi desenvolvido como solução para a crise mundial, e conforme Coriat (1991) tornou-se um modelo global de organização industrial.

Antunes (2007, p.54) cita oito características do toyotismo:

- 1) É uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, [...] sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrário da homogeneidade fordista;
- 2) Fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3) A produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas (na Toyota, em média até 5 máquinas), alterando-se a relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4) Tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5) Funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6) As empresas do complexo produtivo toyotismo, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. [...] Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, kanban, just in time, kaizen, team work, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo;
- 7) Organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava;
- 8) O toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a exclusão das mulheres), além, de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade.

Deste modo, recorremos a Antunes (1997, p. 28-29) quando discute com Gounet e que analisa a adoção de técnicas do modelo japonês em detrimento do fordismo:

Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fábrica um elemento para a “satisfação” da equipe que está na sequência da sua linha” [...] Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultra-simples, desmotivante e embrutecedor. Finalmente, estamos na fase do enriquecimento das tarefas, da satisfação do consumidor, do controle de qualidade.

O tom de ironia no trecho acima citado, refere-se ao processo de *flexibilização da produção e da gestão do trabalho*, a flexibilização é possível através do implemento da tecnologia, conforme nos mostra Antunes (1997, p. 26) quando diz que “é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita a um operário operar com várias máquinas [...], rompendo-se com a relação um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo”.

Pode-se observar que o desenvolvimento das forças produtivas através dos processos de informatização⁷ e de automação, compõem o quadro da Terceira Revolução Industrial⁸, e assim, alteram significativamente o processo produtivo.

Ao estruturar a produção com o mínimo de trabalhadores necessários, se amplia os contratos de trabalho temporários ou por serviço, além de demonstrar que esta nova lógica, enaltece características como polivalência e a multifuncionalidade (ANTUNES, 1997).

O clima de fragilidade e desconfiança no emprego é lugar comum em tempos modernos, impulsionado pelo desemprego estrutural, além do retrocesso nas ações sindicais, corroborando para o enfraquecimento da luta coletiva dos trabalhadores. O problema é que ocorre o distanciamento de soluções coletivas, e tem se observado o aumento da busca por soluções individuais. Este quadro favorece para separar, desqualificar e desorganizar a classe-dos-que-vivem-do-trabalho (ANTUNES, 1997).

Mais ainda, se analisadas as novas relações e negociações estabelecidas, individualmente, o problema é ainda mais grave diante da cooptação dos líderes

⁷ Para maiores informações sobre a “sociedade informática” ver: SCHAFF, Adam. **A sociedade informática** - as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

⁸ Ver: JOFFILY, Bernardo. **De fato a revista da CUT** 1(2) p. 14-25. 1994. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/textocut.html> Acesso em 05 de mai. De 2015.

sindicais, como também através de uma linha direta entre os gerentes e os trabalhadores legitimando o enfraquecimento das organizações de representação de classe. Desta forma, nota-se que vem se reduzindo o potencial de resistência dos que “vivem-do-trabalho”.

Paralelamente a este processo, tem-se verificado a reorganização do mercado de trabalho marcado por elementos como o aumento do desemprego estrutural, em escala mundial houve a diminuição da classe operária industrial, por outro lado, pode-se observar um pequeno aumento do trabalho assalariado no setor de serviços e o aumento das mulheres inseridas no mercado de trabalho, geralmente estando relacionada a níveis salariais mais baixos quando comparadas aos homens, ou em dupla jornada, pluriemprego e trabalhos precarizados como é o caso do trabalho em meio período.

Diante desse cenário, Antunes (1997, p.41), evidencia o contexto de precarização do trabalho:

é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; do outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e mais velhos.

Notamos, portanto, que o processo de racionalizar o uso da força de trabalho, tem como finalidade *reduzir o custo da produção* e com isto, colabora para mais um eficiente mecanismo de dominação do capital sobre o trabalho, por meio da flexibilização do trabalho.

A reestruturação produtiva está fundamentada na *espoliação* do trabalhador, e propicia a *nova morfologia do trabalho*⁹. Logo, é possível aferir com base nesta breve análise, que além de reorganizar a gestão do trabalho, o modelo japonês de produção, ataca os direitos trabalhistas em todas as partes do globo.

⁹ ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

2.2 Reordenamento do Estado Brasileiro: Neoliberalismo e Neodesenvolvimentismo

Aliado ao processo de reestruturação produtiva flexível as funções do Estado foram colocadas em xeque através da adoção de medidas neoliberais como alternativa para solucionar a crise que se iniciou em 1973.

A gênese do neoliberalismo pode ser identificada na obra *O caminho da servidão* de Friedrich Hayek (1944), sendo considerada como “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995, p.09). Assim, somados a outros tantos inimigos¹⁰ das medidas keynesianas, seus ideais tomaram força com a propalada crise do Estado de Bem-Estar.

Enquanto Hayek defendia o fim do Estado intervencionista por volta de 1944, as condições não eram de tudo favoráveis, pois naquele momento histórico o capitalismo experimentava “os 30 anos gloriosos”, as políticas keynesianas reinavam em diversos países, deste modo, seus argumentos não encontravam força.

Hayek et. al. (Apud ANDERSON, 1995, p. 10) argumentava que:

O novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais.

Este postulado de Hayek e seus companheiros permaneceu apenas na teoria por 20 anos, quando ganhou centralidade com a chegada do quadro recessivo do capitalismo mundial a partir de 1973.

Ainda conforme Hayek et. al. (Apud ANDERSON, 1995, p. 11), as raízes da crise

estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão [sic] para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

¹⁰ Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Estes nomes, compartilhavam da mesma opção ideológica de Hayek (ANDERSON, 1995).

Portanto, o receituário neoliberal pode ser concebido como uma expressão máxima do livre mercado. Baseado ainda na mínima regulação estatal, mas principalmente, por reduzir ao mínimo possível os gastos sociais do Estado, bem como reduzir o potencial de resistência da classe trabalhadora. Desta forma, “uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas” (ANDERSON, p. 11, 1995).

O receituário neoliberal deliberadamente aponta como raízes da crise as políticas sociais e a força do movimento operário, por conta das pressões por aumento salarial e através dos gastos sociais, a responsabilidade pela crise recai sobre “o poder excessivo e nefasto alcançado pelos sindicatos, os salários altos e a ampliação dos direitos sociais causaram um grande déficit público (BATISTA, 2014, p.70)”.

A solução para a crise generalizada estaria baseada em atacar fortemente o poder dos sindicatos e reduzir ao máximo os gastos sociais do Estado, tendo como meta maior do Estado a estabilidade monetária. Para tanto, era necessário disciplina orçamentária para reduzir gastos sociais do Estado, ‘restaurar’ a taxa de desemprego, abandonando as políticas de pleno emprego (países centrais), porquanto, ampliando a tendência “natural” do exército industrial de reserva, conseguindo assim enfraquecer os sindicatos, além das reformas fiscais.

O projeto neoliberal em tempos de globalização da economia, segundo Netto (2012, p. 417), pode ser sintetizado em três frentes: “flexibilização (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal)”.

O Chile foi o primeiro país a pôr em prática a experiência neoliberal na América Latina, ainda na década de 1970, posteriormente sendo expandido para diversos outros países latino-americanos. Já nos países centrais, foi adotado em 1979 por Margareth Thatcher na Inglaterra e, em 1980, por Ronald Reagan nos Estados Unidos, e assim sucessivamente em vários países do mundo, podendo-se afirmar que tão rápida foi a disseminação da ‘ideologia’ neoliberal quanto foram aniquilados os gastos sociais dos Estados que aderiram ao receituário.

No Brasil, o Estado foi guiado por interesses neoliberais a partir dos governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso

(1995-2002). No plano partidário, o ideário tem como um dos principais defensores o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O governo Collor de Mello iniciou o ideário neoliberal no Brasil. Segundo Batista (2014, p. 91) a meta a ser atingida resumia-se em três medidas:

- 1) Gerar a estabilidade macroeconômica mediante o controle dos gastos das dívidas do setor público;
- 2) Abrir a economia para competição estrangeira;
- 3) Reduzir o papel do Estado no processo produtivo por meio de ambiciosos programas de privatização e desregulamentação de atividades essenciais, a fim de evitar abusos nas atividades econômicas e sociais, assegurando a competitividade, elemento essencial presente no 'santo mercado'.

O que sustenta o ideário neoliberal é que todos os obstáculos que impedem a economia de crescer devem ser desarticulados, inclusive os movimentos da classe trabalhadora.

Embasados na retórica que era imprescindível a redução do papel do Estado entrava em cena a reforma da estrutura estatal brasileira naquilo que havia sido instituído pela Constituição Federal de 1988. Durante o governo Cardoso, foi encaminhado então ao Congresso Nacional um projeto que propunha reformar a Constituição, desta forma, estava a caminho a contrarreforma do Estado.

A contrarreforma do Estado foi baseada em medidas propostas através do documento intitulado Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado¹¹. Assim segundo o então Ministro Bresser Pereira, seu principal mentor, o plano de reforma do Estado visou:

Estabelecer no país uma administração pública gerencial de caráter social democrático. Gerencial porque busca inspiração na administração das empresas privadas, cujo desenvolvimento teórico e prático foi imenso neste século. Socialdemocrático por que: (a) afirma o caráter específico da administração pública, que não pode ser reduzida a administração de empresas; (b) reafirma o papel estratégico de uma burocracia profissional e procura fortalece-la, ao mesmo tempo, que propõe mudar seus métodos de gestão e principalmente as instituições em que opera; (c) combina controle por resultados e controle por competição administrada, desenvolvidos na área privada, a mecanismo de controle social inspirados na democracia participativa direta; e (d) estabelece como prioridade moderna na área social, aumentando sua eficiência. Esta última característica da reforma é essencial (PEREIRA, 1997, p. 7).

¹¹ Este plano foi aprovado em novembro de 1995 pelo então Presidente da República FHC.

Estava assim colocada a estratégia de supostamente fortalecer o Estado, nota-se através do conteúdo do Plano Diretor, a delimitação das funções do Estado, dividindo suas áreas de atuação em três níveis: Núcleo Estratégico; Núcleo de Atividades Exclusivas e Núcleo de Serviço não Exclusivos¹².

Após aprovada a contrarreforma do Estado, o governo começou a implantar o seu projeto burguês, onde foram aprovadas as reformas: administrativa, previdenciária, privatizações e o programa de publicização¹³ (BATISTA, 2014).

Todas estas reformas dizem respeito ao Serviço Social e atingem direta e indiretamente a profissão, mas, particularmente nos interessa o Núcleo de Serviços não Exclusivos do Estado, porque consubstanciou o Terceiro Setor¹⁴ no Brasil, através da criação de uma terceira propriedade, a propriedade pública não estatal (BRASIL, 1999).

Os argumentos apresentados procuram mistificar a lógica da ampliação da participação comunitária nos processos decisórios governamentais e, sob este argumento, foram então criadas as Organizações Sociais, em 1998, para celebrar contratos com o Estado, retirando do setor público e repassando várias ações de caráter social para o setor privado não governamental e não lucrativo.

Neste ínterim, entraram em cena também as empresas de terceirização dentro dos órgãos públicos. Serviços como limpeza, manutenção de computadores e vigilância foram repassados a terceiros, conforme aponta o Plano Diretor “estes serviços devem ser submetidos à licitação pública e contratados por terceiros” (PEREIRA, 1997, p. 29).

Estava em curso o que Batista (2014) chamou de *desmonte da nação*. Deste modo, às privatizações não engordaram a poupança pública, apenas sucateou e aumentou os custos dos produtos ditos essenciais¹⁵ à população.

¹² “O Núcleo Estratégico: formado pelo Poder Executivo, Legislativo e Ministério Público. No poder executivo, além das atividades que são inerentes a este poder, incluíram-se as Secretarias formuladoras de políticas públicas, as Agências Executivas e as Agências Reguladoras; b) Núcleo de Atividades Exclusivas: como atribuição esses núcleos tinham o poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar. c) Núcleo de Serviços não Exclusivos: atribuídos a universidades, hospitais, centros de pesquisas, museus, creches, ambulatórios, entidades de assistência aos carentes” (BATISTA, 2014, p. 108).

¹³ A publicização foi criada para se distinguir da privatização. (PEREIRA, 1997, p. 25, *apud* BATISTA, 2014, p. 108)

¹⁴ O Terceiro Setor, é aquele composto por todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil, trata-se de uma junção entre o público e o privado.

¹⁵ Antes de encaminhados a privatização houveram reajustes absurdos nos serviços “os reajustes de 100%, 300% e 500% antes da privatização garantem lucros aos novos donos. E há aumento até de última hora, como

É passível de nota o processo de flexibilização dos serviços sociais e científicos, que, através da transferência do setor público para o privado, contemplou o processo de mercantilização por meio das concessões, e assim, com a publicização dos serviços, entregou-os ao mercado transformando-os em legítimas “mercadorias” para se obter lucro.

Para o Estado resta atuar na responsabilidade de fiscalizar, fomentar e controlar, enquanto o mercado “executa” os serviços. Desta forma, após a contrarreforma do Estado, observa-se o crescimento vertiginoso do setor de serviços com bases privadas, filantrópicas e terceirizadas. Além, da crescente transferência de responsabilidade para a sociedade. Este panorama demonstra que, o Estado foi saindo de cena e fortalecendo principalmente a intervenção empresarial e a sociedade civil sob a forma mistificada de entidade sem fins lucrativos.

O projeto neodesenvolvimentista pode ser considerado uma massa bastante heterogênea, pois reúne interesses de diferentes segmentos de classes do país. Não podemos deixar de mencionar que, os interesses da grande burguesia interna se sobrepõem aos demais, no plano partidário, isto se pode evidenciar, a partir dos governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT).

Após os governos Lula e Dilma, o balanço que se pode realizar é que estes governos tiveram como diretriz política o crescimento econômico com redução da extrema pobreza. A dimensão do “social” abandonada pelos antigos governos no Brasil passa a ser utilizada como estratégia de governo do Partido dos Trabalhadores, desde a eleição de Lula da Silva com permanências no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

O novo-desenvolvimentismo possui em sua agenda governamental “o discurso de combate à pobreza, de superação da desigualdade, de inclusão social, de incorporação dos setores excluídos e da retomada da intervenção social do Estado”, conforme evidenciado por Pfeifer (2014, p.747).

A lógica neodesenvolvimentista está centrada no forte apelo ao ‘desenvolvimento social’ que segundo os intelectuais¹⁶ que defendem este modelo,

o reajuste de 58% para as contas de energia no Rio poucos dias antes do leilão da Light (BIONDI, 1999, p. 9 *Apud* BATISTA, 2014, p. 111)”

¹⁶MERCADANTE, Aloizio. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise Do governo Lula (2003-2010), Tese (Doutorado)—Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

está consubstanciado pelas políticas sociais de redistribuição de renda, através da implementação de políticas compensatórias, como por exemplo, o Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada que incentivam diretamente o consumo em massa.

Este fato é muito importante, pois destaca que para os neo-desenvolvimentistas, o desenvolvimento social está profundamente atrelado ao acesso a renda (mesmo que seja ínfima), o que favorece uma perspectiva de política social restrita apenas ao acesso econômico, focalizada por meio de programas de acesso à renda mínima.

Outro fator relevante é a descentralização do Estado sendo necessário fazer uma leitura crítica acerca dos mecanismos que dizem respeito a política de privatização, pois esta tem avançado o campo das políticas sociais e alavancado o fortalecimento do setor privado das políticas públicas. Assim, segundo Pfeifer (2014, p. 755), é necessário:

Ressaltar que o discurso neo-desenvolvimentista coloca-se contra as privatizações. Contudo, um olhar mais atento encontra a privatização camuflada na implementação de concessões, parcerias público-privadas e, bem recentemente, nos leilões das bacias de petróleo, que privatizam os recursos naturais do país, entre outros.

Evidenciamos, através desta breve análise, elementos da plataforma de governo neo-desenvolvimentista, que “atingem” diretamente o campo de trabalho do assistente social, seja ele público ou privado, ambos espaços sócio-ocupacionais sofrem inflexões destas estratégias de governo, devido a intrínseca relação entre “questão social” reduzida ao campo econômico e as formas de atuação do Estado frente as suas multifacetadas refrações.

O cenário de crise atual em 2015 remete a mais possíveis desdobramentos no campo das políticas sociais através de medidas de ajuste de orientação neoliberal que vêm sendo discutidas no governo federal como forma de superação da crise que atravessa o país – diminuição do crescimento econômico, cortes da educação, aumento do dólar, avaliação negativa pelas agências de investimento, etc.

3. TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A RELATIVA AUTONOMIA PROFISSIONAL

Neste capítulo será apresentado os resultados dos dados analisados nesta pesquisa bibliográfica. Objetivando apontar algumas tendências ao mercado de trabalho do assistente social na atualidade e como estas tendências podem incidir sobre a relativa autonomia profissional. Devido a amplitude do tema, optou-se pela análise das seguintes tendências: terceirização, crescimento do setor de serviços, pluriemprego, intensificação, gerencialismo, desespecialização e a massificação do ensino superior em Serviço Social. E por uma questão metodológica serão distribuídas entra aquelas que ampliam e aquelas que reduzem a autonomia relativa do assistente social.

3.1 Indicações metodológicas da pesquisa

Neste trabalho optou-se pela pesquisa bibliográfica elaborada com base em materiais já publicados, e que servem para fornecer fundamentação teórica ao trabalho. Concorda-se com Gil (2010) ao referendar que, a pesquisa bibliográfica apresenta uma vantagem em relação as demais pesquisas, pois permite ao investigador uma ampla cobertura dos fenômenos estudados.

Primeiramente foi realizado o levantamento da bibliografia já publicada com a finalidade de colocar-nos em contato direto com o tema. O material empírico utilizado para o resultado da pesquisa é composto por 11 artigos, conforme elencados na tabela a seguir:

Tabela 1: Artigos que foram fonte de coleta de dados para a pesquisa

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Ver. Bras. Edu. N.24 Rio de Janeiro set./dez. 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. In: **Serviço Social & Sociedade**. Nº 120, São Paulo: Cortez, 2014, p. 706-722.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**. n. 104, out./dez. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.120, dez. 2014.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelepas e desafios. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

NETTO, José Paulo. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**. N.111, jul/set. São Paulo: Cortez, 2012, pp. 413-429.

NETTO, José P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**. n. 104. Out./dez. São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**. n.107. jul./set. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 421-437.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**. n.116 out./dez. São Paulo: Cortez, 2013, pp. 609-635.

Fonte: elaborado pela autora.

A base de dados utilizada para pesquisa dos textos foi a *Scielo (Scientific Eletronic Library Online)*, além, de alguns materiais impressos. Os textos foram analisados e neles foram coletados dados a partir dos seguintes indicadores de pesquisa: autonomia relativa; transformações no mundo do trabalho; precarização do trabalho.

A seleção do material bibliográfico ocorreu a partir da leitura preliminar e criteriosa dos artigos, sendo utilizados apenas aqueles que respondiam de alguma forma ao problema proposto neste trabalho. A seguir apresentar-se-á o resultado da análise dos dados coletados.

3.2 Tendências que reduzem a autonomia relativa

Como vimos anteriormente as *mudanças no padrão de acumulação capitalista* em curso provocam profundas *mudanças na produção*, nas formas de gestão e organização do mundo do trabalho. Desta forma, diferentes formas de precarização do trabalho e do emprego se manifestam em todas as áreas e o mercado de trabalho do assistente social não esteve imune a elas.

Podemos observar que algumas tendências que flexibilizam e precarizam o mercado de trabalho do assistente social, na atualidade, favorecem de alguma forma, para a redução das margens da relativa autonomia, sendo elas elencadas da seguinte maneira:

- ✓ Terceirização/Subcontratação;
- ✓ Pluriemprego e intensificação do trabalho;
- ✓ Desespecialização e desprofissionalização;
- ✓ A massificação do ensino superior em Serviço Social.

É importante compreender que estas tendências tem como objetivo comum o processo denominado **flexibilização**. O termo flexibilizar é abrangente e deve ser considerado como a síntese de muitos processos em curso no “mundo do trabalho” em nível global. Flexibilizar é a “bola da vez” da lógica do capital para reduzir os custos com a força de trabalho.

A palavra flexibilizar é derivada do adjetivo flexível, que significa, segundo o dicionário Aurélio (2008, p. 409): “1. Que se pode dobrar ou curvar. 2. Elástico. 3. Fácil de manejar; maleável. 4. Dócil; submisso.”

Druck evidencia seis formas de flexibilizar o trabalho na contemporaneidade (2002, p.12):

1. Na **subcontratação** (terceirização);
2. No **emprego temporário**;
3. Nas **atividades autônomas**;
4. Na **informalidade**;
5. Nas **cooperativas** de trabalho;
6. E em outras **formas de trabalho assalariado** disfarçado

Assim, todas estas modalidades ora apresentadas são consideradas formas de flexibilizar o contrato de trabalho, conseqüentemente atinge o *pacto fordista* (aquele entre patrão, empregado e Estado), as conseqüências da quebra deste pacto é a supressão dos direitos trabalhistas. Através deste estudo compreendemos que no período fordista o trabalhador contemplava prospecções mais seguras com relação ao vínculo de trabalho. Conforme apontado por Druck (2011, p.42) “era possível planejar o futuro das novas gerações, pois as condições de trabalho e emprego permitiam algum tipo de vínculo de longo prazo”, na atualidade vivencia-se a insegurança e a fragilidade dos vínculos, conforme apontaremos nas tendências a seguir.

3.2.1 O binômio terceirização/subcontratação

A **terceirização** foi amplamente divulgada a partir dos anos 1990, como sendo um “mecanismo de gestão”, com forte apelo a inovação técnica e organizacional decorrente da modernidade e da globalização. Para Cavalcanti e Marcelino (2012, p.333 - grifo meu), o termo terceirizar “refere-se à relação entre as duas empresas, ou seja, é sempre a tradução da palavra **subcontratação**”.

Segundo Franco, Druck e Seligman-Silva (2010, p. 233),

a terceirização é uma das principais formas de flexibilização do trabalho mediante a transferência da atividade de um “primeiro” — que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia — para um “terceiro”, liberando assim, o grande capital dos encargos trabalhistas.

Terceirizar pode ser compreendido pela seguinte ideia: as empresas devem focalizar-se sobre as atividades-fim — aquelas que consubstanciam atividades típicas da instituição — contudo, podem delegar as atividades-meio para outras empresas terceirizadas/subcontratadas — referem-se as atividades acessórias e auxiliares à persecução da finalidade institucional —, são estas atividades meio que serão objeto de “terceirização”. Entretanto, o que vem ocorrendo é a utilização da terceirização como mecanismo de redução de custos, quando na verdade, esta, deveria ser uma modalidade de aumento de qualidade e da produtividade das empresas.

No âmbito do Serviço Social, Raichelis (2010) aponta como forma de terceirizar o trabalho do assistente social a **subcontratação**, realizada por empresas de serviços ou assessoria. E, colabora para “o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais” (RAICHELIS, 2010, p, 759). Nesta mesma perspectiva, Guerra (2010) vai reafirmar a tendência da terceirização através da assessoria, onde os profissionais são estimulados a organizar-se através de cooperativas que prestam serviços, seja na elaboração de projetos, seja para prestar serviços de atendimentos multidisciplinares em entidades públicas, ou, contratados por associação de moradores também com a finalidade de elaborar projetos.

Tratamos na primeira seção deste trabalho sobre a condição de assalariamento do Serviço Social, e foi dito que esta, imprime condições ao fazer profissional e conseqüentemente a relativa autonomia, por isso, as formas de **contratação e o vínculo** do profissional influenciam diretamente na autonomia relativa do assistente social.

Por isso, nota-se que ao se terceirizar o serviço do assistente social, atinge-se negativamente o mercado de trabalho e colabora por flexibilizar os contratos. Além de, criar diversas modalidades de contratação que minimizam a *capacidade dos profissionais de se contrapor as questões institucionais* e até mesmo, de questionar os objetivos, políticas e projetos institucionais, reduzindo portanto, as margens da relativa autonomia profissional.

Esta tendência foi apontada no segundo capítulo deste estudo, onde se demonstrou que a crescente divisão entre os trabalhadores dentro do espaço de

trabalho, subdivididos entre aqueles que ocupam uma posição central (contratado) e aqueles que ocupam uma posição na periferia (terceirizado), tornando-se *trabalhadores de primeira e segunda mão*. Ou ainda, a diferenciação nos termos: Assistente Social ou Orientador Social, muitas vezes ocupam cargos similares mas com diferenças em níveis hierárquicos que vão desde a diferença salarial a carga horária.

Evidenciando assim, que, os que estão no centro passam a ser valorizados recebendo tanto incentivos quanto premiações, contudo os periféricos são considerados força de trabalho descartável, subcontratada ou terceirizada. Este processo proporciona a estratificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 1997).

Desta forma, este panorama atinge o Serviço Social e favorece a fragilização da organização coletiva profissional enquanto categoria. De acordo com Guerra (2010, p. 720), “isso ocorre porque dentro de um mesmo espaço laboral os profissionais são contratados sob modalidades diversas, com salários diferentes para realizar, em muitos casos, atividades similares”. A consequência é o distanciamento do profissional com o usuário do seu serviço, pela fragilidade do pertencimento e da permanência institucional do profissional, e ainda, o afastamento entre os próprios colegas de profissão dentro no mesmo espaço de trabalho, pois cria “categorias” distintas de profissionais no interior do mesmo espaço, uns mais estáveis, mais enraizados, com maior legitimidade institucional e profissional e outros o seu oposto, atacando uma relação que aduz importante papel a luta coletiva em prol da autonomia profissional.

A premente fragilização da organização coletiva profissional em curso nos remete ao desafio de fortalecer o sentimento de união de forças entre profissional e usuário, como movimento contra hegemônico. Evidenciando, o fortalecimento dos oprimidos através um processo de articulação entre profissional e usuário. Faleiros (2014) propõe que, sendo o assistente social um trabalhador assalariado como a classe sobre a qual incide sua ação, ele se inclui nesta categoria, e por isso, para ampliar a autonomia deve fortalecer o aumento do poder dos sujeitos usuários e dos profissionais mediante estratégias de articulação entre ambos. Para ampliar as margens da autonomia é necessário se apropriar das regras e colocá-las no centro das discussões e assim, ampliar o debate e fomentar o diálogo. Para o autor, é neste contexto contraditório e conflitivo, que se materializa a prática profissional do

assistente social, mas também, é no cotidiano que podemos fortalecer o compromisso ético, buscando superar os limites da alienação proveniente das instituições (FALEIROS, 2014).

Contundente a este pensamento, Edaléa Ribeiro aponta como alternativa para superar os desafios encampados pelas transformações no mundo do trabalho, a necessidade de avançar na luta coletiva e assim, “construir sujeitos coletivos capazes de fortalecer os espaços de enfrentamento e resistência frente à avassaladora capacidade do capital de se recriar e acumular riqueza de forma centralizada e crescente via expropriação do trabalho vivo” (RIBEIRO, 2014, p. 34).

3.2.3 O pluriemprego e a intensificação do trabalho

Outra tendência no mercado de trabalho do assistente social na atualidade é o pluriemprego. Existe uma grande quantidade de profissionais inseridos em mais de um local de trabalho com dupla ou tripla jornada caracterizando-se como **pluriemprego**. Ao se estabelecer em mais de um vínculo de trabalho o profissional se expõe a uma **intensificada jornada de trabalho diária**. Sem contar na carga horária de trabalho não computada, através do sobretrabalho doméstico, uma vez que a profissão, ainda é, majoritariamente feminina. Para Netto (2012), tal peculiaridade reforça a problemática de gênero “indo da opressão no espaço doméstico aos mais variados tipos de subalternidade/exploração” (NETTO, p. 419, 2012).

A **intensificação** do trabalho do assistente social está intimamente relacionada com as transformações em curso a partir da acumulação flexível, através da adoção de mecanismos de superexploração e extração de mais-valia. A intensificação nos serviços sociais prestados pelos assistentes sociais, aumenta a pressão em um trabalho que demanda esforço intelectual, investigativo, político e relacional entre o profissional, usuário e as instituições na busca pela defesa dos direitos sociais. Nesta seara é “a totalidade das capacidades humanas que são ativadas quando se fala em intensidade” (RAICHELIS, 2013, p.622). Resulta então

em mais trabalho, mais esforços, mais dispêndio de saberes envolvendo o profissional física e emocionalmente com o fenômeno da intensificação do trabalho.

De acordo com Dal Rosso (2008), a *incorporação de tecnologias da informação e comunicação*, também podem ser apontadas como vilãs no processo de intensificação do trabalho. Para Raichelis, (2010, p. 767) elas produzem “um efeito mais controlador sobre o trabalho, organizam e encadeiam as tarefas de modo que desapareçam os tempos mortos, quantificam as tarefas e permitem a avaliação fiscalizatória do desempenho”.

Deste modo, com o uso da tecnologia da informação é possível identificar a redução das margens da autonomia profissional. Isto vem sendo apontado por diferentes autores, como Raichelis (2011, 2013), Mota e Amaral (2014), Guerra (2010), como fonte para ditar ritmo e mais velocidade, além de determinar os conteúdos do “que fazer” e “como fazer”. Corroborando para mais cobranças sobre o volume de tarefas e aumentando o peso da responsabilização do assistente social frente às demandas institucionais, já que estas passam a ser quantificadas.

De acordo com Guerra (2014, p.720), “a exigência do cumprimento de metas quantitativas leva a uma queda na qualidade dos serviços prestados, acirrando a competição entre os profissionais bem como a um maior desgaste físico e mental”, a autora entende que, a partir da introdução do uso da tecnologia nos serviços sociais prevalece a primazia dos **esforços individuais** dos profissionais, como se a autonomia técnica derivasse *apenas* do desejo e da vontade subjetiva de cada sujeito assistente social.

Como tratado no primeiro capítulo desta pesquisa, ficou claro que a autonomia relativa do assistente social é profundamente influenciada por condicionantes *objetivos e subjetivos* que se materializam na prática profissional. Concordamos com Faleiros (1997) ao afirmar que o Serviço Social não pode ser considerado uma profissão liberal, pois não detêm os meios nem os instrumentos para o seu agir profissional, estando estes em posse do contratante e subordinando o assistente social aos ditames daquele que o contrata (o contrato de trabalho). O processo de mercantilização da força de trabalho do assistente social conduz ao tensionamento da autonomia profissional colocando-o aos ditames daquele que compra sua força de trabalho especializada. Entretanto, de acordo com Iamamoto:

É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações. O assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho, sendo o controle exercido sobre sua atividade distinto daquele que é submetido, por exemplo um operário na linha de produção (IAMAMOTO, 2009, p. 97).

Assim, para a autora, ainda que exista determinantes na materialização do trabalho, o assistente social dispõe de uma **relativa autonomia** quanto a “*forma*” de conduzir os seus atendimentos e demais ações junto a população usuária, afinal, é neste momento que o assistente social pode *potencializar* sua ação, tendo na linguagem um importante instrumento do processo de trabalho que possibilita imprimir a direção ético-política ao agir profissional.

Outro fato relevante sobre as questões de ordem burocrática e gerencialistas provenientes do uso da tecnologia, devem ser tratadas com mais acuidade por parte dos assistentes sociais, justamente por serem questões que recaem sobre a utilização do uso da tecnologia para favorecer práticas *policialescas e punitivas* sobre os usuários. Análogo a este pensamento, Faleiros (2014, p. 719) expressa que “é preciso enfrentar a burocracia como forma de enfrentar o poder dominante, colocar os meios a serviço dos fins, os resultados para o público em vez dos resultados para o olhar do gestor”, mas só é capaz de questionar os meios e os fins institucionais o assistente social que consegue compreender o aparato sobre o qual dispõe para agir com maior margem de autonomia suas competências técnicas profissionais.

3.2.3 Desespecialização e a desprofissionalização

Outra questão a ser considerada na atualidade como tendência e que remete a retração da autonomia profissional é o que Guerra (2014) denomina como processo de **desespecialização**¹⁷ da profissão. Mota (2014) por sua vez, refere-se ao mesmo tema como **desprofissionalização**.

¹⁷A tendência da precariedade que foi apontada por Druck (2002, p.15), tende à “desestabilização de profissões e categorias que, até num passado recente, eram consideradas privilegiadas (ou estáveis), a exemplo de postos de comando na hierarquia das empresas (gerentes, executivos, coordenadores, especialistas de nível superior, etc)”.

É consenso entre as autoras acima citadas que o Serviço Social passa por um momento de desprofissionalização/desespecialização. Trata-se, pois, do resultado da atuação do assistente social na atual conjuntura neoliberal sob o auspício de ser *multifuncional e multidisciplinar*. Levando-o a atuar em demandas diferentes, genéricas e inespecíficas o que faz “parecer” que a profissão resulta do “casual, do aleatório, do caótico, do improvisado, respondendo às demandas inespecíficas” (GUERRA, 2014, p.49).

Guerra (2014) chama a atenção para a temerária atuação espontânea e acrítica, sobre “qualquer atividade” que seja chamado a atuar. Ou seja, faz aquilo que é solicitado sem refletir se lhe cabe ou não, enquanto, profissional do Serviço Social¹⁸. Com isto as assistentes sociais têm colaborado para o que ambas as autoras chamam de desespecialização/desprofissionalização. Deste modo, Guerra afirma:

Apoiada num eticismo, que supõe que as condições objetivas da realidade possam ser subsumidas ao “compromisso” e à boa vontade da profissional, desencadeiam-se posturas voluntaristas e messiânicas que historicamente nos têm levado à incorporação gradativa de funções genéricas, demandas inespecíficas, meras atividades que não cabem a nenhuma profissão, sob o argumento conformista do “afinal, não custa nada” (GUERRA, 2014, p.47-Grifo no original).

Destarte, analisa Guerra (2014) que, ao ser chamado a fazer o que “todos fazem” e o que “qualquer um pode fazer” tende-se a desvalorizar a formação especializada de nível superior do assistente social, colocando-o numa posição de igualdade com outras profissões. Implicitamente esta tendência reduz a autonomia técnica profissional.

De acordo com Mota (2014) o determinante neste processo de desprofissionalização/desespecialização é que se coloca em primazia o saber-fazer (aqui e agora) em detrimento do trabalho intelectual (pensado) e das diretrizes curriculares do Serviço Social. Nessa questão ainda se coloca o desafio da identificação das especificidades e atribuições privativas, tanto por parte dos profissionais que não conseguem identificar o espaço da especificidade do Serviço Social nos campos em que se inserem, quando das instituições que lhe atribuem funções genéricas e inespecíficas.

¹⁸ Conforme os artigos 4º e 5º da Lei que regulamenta a profissão de Serviço Social– Lei 8662/1993.

3.2.3 A massificação do ensino superior em Serviço Social

Apontamos também para a massificação do ensino de Graduação em Serviço Social (CHAUI 2003; GUERRA 2014; et. al.), onde vários autores vêm debatendo esta tendência na profissão, uma vez que, a massificação da formação em Serviço Social influencia diretamente no aumento do números de profissionais no mercado de trabalho, tencionando a autonomia profissional devido ao clima de insegurança que esta seara proporciona, conseqüentemente reflete negativamente sobre a autonomia do profissional em se contrapor a questões institucionais devido ao medo e a insegurança proveniente do mercado de trabalho do Assistente Social.

O tipo de formação profissional resultado desta massificação, segue a linha das transformações em curso, analisadas neste trabalho (imediatistas, rotineiras, burocráticas), conforme aponta Guerra (2010, p. 724) sobre o perfil que o mercado “necessita” hoje, é do profissional que irá:

Desenvolver várias competências e habilidades voltadas ao mercado, portador de valores individualistas e imediatistas, a partir dos quais vale o ter (neste caso o certificado) em detrimento do ser (neste caso, um profissional qualificado), de formação aligeirada, mas que lhe garanta competitividade e capacidade de se adaptar a esses novos e difíceis tempos.

Ainda segundo Guerra (2014, p. 50-51) cresce:

a oferta de um amplo mercado de ensino universitário em Serviço Social, nas suas mais variadas modalidades, em geral muito pobre e precarizado, sucumbindo as possibilidades do conhecimento crítico, praticando um verdadeiro assalto “assalto à razão”.

Deste modo, a crescente ampliação do setor privado contribui para a massificação do ensino de Serviço Social (presencial e a distância), estando submetido a lógica mercadológica a partir da contrarreforma do Estado (1995), que colocou a educação no Núcleo de Serviços Não Exclusivos do Estado¹⁹.

Apontado por Chauí (Apud GUERRA, 2010, p. 104), o significado dessa inserção é que:

¹⁹ Contrarreforma do Estado, tendo como mentor o ministro Luís Carlos Bresser Pereira, segundo Bresser Pereira (1986, p. 283) “o Estado realiza e /ou subsidia porque os considera de alta relevância para os direitos humanos, ou porque envolvem economias externas, não podendo ser adequadamente recompensadas no mercado por meio de cobranças de serviços”.

Juntamente com hospitais, centros de pesquisas, museus, a educação: a) [...] deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) [...] deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado.

Considerando o atual panorama da educação, a formação virou sinônimo de inserção, e mesmo que precarizada, imediatista, pública ou privada, que vai desde a expansão das vagas, as ofertas 'promocionais' da rede privada visam ampliar o acesso e o lucro sobre a mercadoria educação. Contundente a isso, Guerra (2010, p. 728) aponta:

Ocorre que as universidades têm tornado "fábricas de diplomas"²⁰, e se há fábricas de diplomas é porque existem compradores. Como dito, é necessário forjar um perfil de estudante adequado a esta lógica de banalização, aligeiramento e precarização do ensino e da educação superior.

De acordo com lamamoto, esta situação colabora para:

O crescimento do contingente profissional, ainda que reflita a expansão do mercado de trabalho especializado, poderá desdobrar-se na criação de um *exército assistencial de reserva*. Isto é, um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade em um ambiente político que estimula a criminalização da questão social e das lutas dos trabalhadores e o caráter assistencial das políticas sociais como já salientado (IAMAMOTO Apud CFESS, 2009, p. 42 - grifos no original).

Um olhar mais minucioso sobre este quadro aponta para o crescimento exponencial de assistentes sociais disponíveis para o mercado de trabalho, caracterizado por lamamoto como (2009, p.42) "exército assistencial de reserva". Este contingente traz sérias implicações para o exercício profissional devido ao clima de insegurança e medo que ele provoca.

Nota-se que a insegurança subjetiva ao se generalizar fortalece o clima de incertezas e corrobora para reduzir o grau de enfrentabilidade do assistente social frente o ataque aos seus direitos enquanto trabalhador assalariado. Dificulta a defesa das suas prerrogativas enquanto profissional que defende uma "direção social", implica ainda na retração da autonomia relativa do assistente social.

O crescimento do desemprego²¹ nessa área, haja vista que a oferta de trabalho tende a não acompanhar o crescimento do contingente profissional, colabora para a tensão para baixo sobre o salário, para a precarização das

²⁰ Conforme projeção apontada por lamamoto (2009, p. 36), "só o EaD irá lançar diplomas e lançar no mercado cerca de dez mil profissionais por ano. Somadas às 70% das vagas oferecidas por cursos presenciais, pode-se esperar uma duplicação do contingente profissional até 2010".

²¹ Influenciado não apenas pela massificação do ensino, seja através da modalidade a distância seja pela modalidade presencial, mas também, pela crise capitalista (IAMAMOTO, 2009).

condições de trabalho e, sobretudo, para a insegurança que este contexto enseja. Pode-se inferir que a precarização da formação profissional reduz a autonomia relativa do assistente social uma vez que esta é atrelada a capacidade crítica/competente do profissional no seu exercício profissional. A atitude **crítica/questionadora** é uma competência que soma teoria à prática, impulsiona proposições, articulações e negociações. Para alimentar a atitude **questionadora**, advoga-se a necessidade desde a formação de qualidade até o exercício cotidiano fundamentado teoricamente para compreensão dos fenômenos.

Trata-se então do esforço rotineiro para superar os limites da prática e reelaborar as demandas no sentido de potencializar a autonomia do assistente social. Embora sempre relativa (IAMAMOTO, 2007), mas permeada pela mediação entre limites e possibilidades que vislumbra, para além das relações de trabalho (que reduzem a autonomia), “operar sínteses, proposições, articulações e negações (compatíveis com cada estágio de domínio do objeto e permeabilidade socioinstitucional) são uma exigência teórica e operativa” (MOTA, 2014, p.700) na atualidade. Ou seja, incorporar na prática a teoria apreendida é uma das formas de fortalecer a autonomia relativa do assistente social na atualidade. Ainda sobre esta questão, Mota relata:

Não se trata, portanto — como disseram meus alunos do curso de graduação — de “muita teoria” para uma prática empobrecida, mas, como eu lhes disse: o que existe é insuficiente fundamentação e sistematização teóricas que permitam estabelecer relações entre: conjuntura e estrutura, manifestações cotidianas e necessidades históricas, espontaneísmo e direção política dos processos, políticas sociais e intervenção do Estado, ideologias e práticas de classes, para elencar tão só os essenciais (MOTA, 2014, p. 700).

Nesta perspectiva, a questão é exercitar a autonomia intelectual (MOTA, 2014) do assistente social frente as demandas espontâneas, corriqueiras e imediatistas. Dotado de competência crítica para identificar o espontaneísmo, poder-se-ia reelaborar a demanda com foco na direção social almejada. Não se trata de ter uma visão messiânica das possibilidades do exercício profissional, mas, sobretudo, não correr os riscos decorrentes do fatalismo.

Portanto, o “grau de enfrentabilidade” se relaciona intrinsecamente com a autonomia relativa profissional, que advém da capacidade de se contrapor a questões de ordem burocrática, gerencialista, intensificadora e ainda, à empregos

flexíveis e precários, entre tantas outras formas de precarizar o trabalho do assistente social. Entretanto, podemos afirmar que, quando expostos a tensão e a insegurança proveniente do quadro de precarização do trabalho as margens da relativa autonomia profissional se reduzirão.

3.3 Tendência que possibilita a ampliação da autonomia relativa do assistente social:

3.3.1 Aumento de trabalho no campo dos serviços

Vimos apontando que as transformações no mundo trabalho desencadeadas pela crise contemporânea atinge todos os processos produtivos, dentre estes processos está o setor de serviços. De acordo com Raichelis (2013, p. 620) “o Serviço Social têm na prestação de serviços sociais seu campo de intervenção privilegiado”.

Com o processo da reestruturação produtiva desde a década de 1970 se intensificando na década de 1990, e a contrarreforma do Estado, às antigas formas de auxílio mútuo como a família e a comunidade²² foram alteradas e transformadas em atividades rentáveis e comerciáveis por meio da regulamentação do terceiro setor, e com isto, o setor de serviços cresceu vertiginosamente ampliando o mercado de trabalho dos assistentes sociais nas chamadas ONGs – Organizações não Governamentais (RAICHELIS, 2013).

As respostas do Estado a questão social passaram a ser realizadas por meio da assistencialização, da mercantilização, da privatização dos serviços e da focalização da política na extrema pobreza, respostas que coadunam com às concepções neoliberal e neodesenvolvimentista. Guerra aponta que (2010, p. 722), “de um lado, o atendimento focalizado da pobreza absoluta através de programas de

²² Cf. BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI; Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 162.

transferência de renda/assistenciais; de outro, a mercantilização das políticas sociais transformando os usuários em consumidores de serviços sociais mercantis”.

Entretanto, no setor de serviços o assistente social encontra lócus privilegiado para expandir as margens da relativa autonomia. Uma vez que, trata-se de um trabalho que tem por base a relação direta entre o profissional que presta o serviço e o usuário que recebe. Conforme destacado por Iamamoto:

A relativa autonomia que dispõe o assistente social decorre da natureza mesma desse tipo de especialização do trabalho: atua junto a indivíduos sociais – e não com coisas inertes – dispondo de uma interferência, pela prestação de serviços sociais na reprodução material e social da força de trabalho. Seu trabalho situa-se predominantemente no campo político-ideológico (IAMAMOTO, 2009, p. 98).

Desse modo, destacamos a especificidade do trabalho em serviço como possibilidade de ampliação da relativa autonomia profissional, justamente por seu caráter relacional entre o usuário e o profissional e que proporciona interatividade entre o assistente social e o usuário, e por isso, imprime a oportunidade de isentar-se dos dilemas do trabalho alienado (intrínseca a condição de trabalhador assalariado) e através desta interação profissional *versus* usuário *ampliar as margens da autonomia relativa* (RAICHELIS, 2013).

A autonomia está intimamente relacionada à liberdade de agir e de fazer escolhas. Na profissão de Serviço Social a autonomia é **relativa** na medida que, embora dispondo do estatuto de profissão *liberal*, a prática profissional é profundamente condicionada pelas determinações concretas e objetivas, ou seja, é na prática que se encontra o lócus privilegiado para exercer a autonomia com uma margem maior de liberdade, mas também no mesmo espaço, num movimento contrário pode-se privilegiar o seu inverso – a restrição da autonomia profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo apontar que as transformações societárias ocorridas no último quartel do século XX e início de século XXI, principalmente aquelas relacionadas ao mundo do trabalho, colaboram para ampliar ou reduzir as margens da relativa autonomia do assistente social.

No primeiro capítulo deste trabalho foi apresentada uma revisão bibliográfica contemplando elementos baseados em obras de alguns autores do Serviço Social no intuito de apreender a relativa autonomia profissional. Desta forma, foram analisados os seguintes autores: Marilda Iamamoto, Vicente de Paula Faleiros, José Paulo Netto, Raquel Raichelis e Ana Elizabete Mota.

No segundo capítulo foram abordadas as questões acerca das alterações no mundo do trabalho, bem como o reordenamento do papel do Estado frente às políticas sociais, contemplando a análise do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo no Brasil. No terceiro capítulo, foi apresentado os resultados das análises referentes as transformações no mercado de trabalho do assistente social, e, como estas transformações incidem sobre a relativa autonomia profissional de modo a ampliá-la ou reduzi-la.

Ao analisarmos as transformações no mundo do trabalho foi possível observar que a relativa autonomia do assistente social é reduzida frente as tendências de flexibilização e precarização da organização e da gestão do trabalho do assistente social.

A *terceirização* aparece como foco de análise da maioria dos autores estudados – Raichelis (2011, 2013), Mota e Amaral (2014), Guerra (2010). Apontada pela sua temerária incidência sobre os direitos sociais que compõe o trabalho formal, uma vez que a terceirização tem como **objetivo principal** reduzir os custos referentes à força de trabalho por meio de “contratos flexíveis”.

O processo de terceirização em curso reduz a autonomia profissional, pois impulsiona o crescimento de uma heterogeneidade de formas de contrato e vínculos trabalhistas e, isto, fragmenta o Serviço Social enquanto classe trabalhadora.

Colabora para distanciar o profissional do usuário dificultando assim a luta coletiva como estratégia que soma forças.

As formas de precarização do trabalho do assistente social apontadas neste estudo demonstram que, tendências como o pluriemprego geram a intensificação dos processos de trabalho, somando-se ao *sobretabalho*, colaborando para ampliar a problemática relacionada ao gênero, sobretudo, remetem para redução das margens da relativa autonomia.

Já tendências como a desprofissionalização e desespecialização afastam o profissional da sua expertise profissional, colocando-o em par e passo com os demais profissionais, o que pode dificultar a autonomia profissional.

Apontamos também como fator de redução da autonomia a crescente ampliação das vagas de graduação em Serviço Social, pois colabora para criar um exército assistencial de reserva, e com isto, fomenta um clima de insegurança e medo no mercado de trabalho que favorece práticas acríticas e conformistas, portanto reduz a autonomia profissional.

Entretanto, apontou-se a tendência de crescimento do setor de serviços, como locus privilegiado do trabalho do assistente social e ambiente oportuno para aumentar as margens da relativa autonomia do assistente social. Nesta modalidade de trabalho, o profissional pode “eximir-se” da alienação proveniente do vínculo de trabalho, uma vez que, estando somente ele e o usuário do seu serviço o profissional poderá imprimir a direção que enseja na conduta do seu trabalho.

Embora a conjuntura neoliberal se utilize de mecanismo que divide a classe trabalhadora, é de fundamental importância neste contexto de desafios o fortalecimento dos espaços de contra hegemonia e resistência ao capital e pode-se considerar que os campos de trabalho do assistente social se incluem nestes espaços. A este respeito concordamos com Raichelis ao afirmar a importância da organização coletiva da categoria: “é através da organização coletiva que se criam condições concretas de resistência frente à violação de direitos, pela melhoria das condições de trabalho e fortalecimento do compromisso do Serviço Social” (RAICHELIS, 2011, p. 436).

Devemos apontar para o fosso das análises empíricas sobre a autonomia profissional. A falta de referenciais teóricos dificultam as análises sobre esta temática e também obscurecem o real quadro que identifique os resultados

empíricos sobre os impactos das transformações no mundo do trabalho dos assistentes sociais no sentido da autonomia. Como sugestão, apontamos como necessária para o entendimento da temática, uma pesquisa de campo com profissionais que atuam nas tendências apontadas por este estudo (vínculos precários e flexibilizados) e assim, desmistificar como estas tendências influenciam nas margens da relativa autonomia profissional.

No decorrer da pesquisa apresentamos a relação entre autonomia *versus* assalariamento como um determinante no processo de **restrição/redução da autonomia profissional**. Entretanto, as tendências contemporâneas do mundo trabalho apontadas nesta pesquisa, nos mostram que, para além da relação de assalariamento do assistente social como um determinante para restrição da sua autonomia técnica, foi possível constatar que as tendências advindas da flexibilização/precarização do trabalho e do emprego, atacam diretamente os direitos dos assistentes sociais. E este panorama coaduna com um tensionamento ainda maior da relativa autonomia, dificultando a direção social em prol do projeto ético-político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BATISTA, Alfredo. Trabalho, questão social e Serviço Social. Cascavel: EDUNIOESTE, 2014.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BARRETO, Theo. **A precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais: o trabalho flexível nas ruas de Salvador** (Monografia de Conclusão de Curso). Salvador, 2003.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social - uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética profissional. In: **Coletânea de Leis**. 4. ed. Natal: CRESS 14. Região, 2003, p. 9-28.
- CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Ver. Bras. Edu. N.24 Rio de Janeiro set./dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782003000300002&lng=pt&nrm=iso Acessado em: 19 Mai. de 2015.
- CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.
- DAL ROSSO, Sadi. Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas do trabalho. **Caderno CRH**. N. 37, jul./dez. Salvador. 2002.
- DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. Trabalho e precarização social. **Caderno CRH**. Vol. 24, Nº01. 2011. pp. 9-12
- FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. In: **Serviço Social & Sociedade**. Nº 120, São Paulo: Cortez, 2014, p. 706-722.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Ferreira ABH. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 6ª.ed. São Paulo, Positivo, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade**. n. 104, out./dez. São Paulo: Cortez, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche; a condição de trabalhador assalariado. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez/Celats, 2001.

Karl, Marx. O Capital. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

LAGIOTO, Nanci. **Autonomia Profissional X Trabalho Assalariado**: Exercício Profissional do Assistente Social. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2012.

MARCELINO, Paula; SÁVIO, Cavalcante. Por uma definição de terceirização. **Caderno CRH**. Vol.25. Nº65, mai/ago. Salvador, 2012, p. 331-346.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.120, dez. 2014.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____; _____. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pejejas e desafios. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**. N.111, jul/set. São Paulo: Cortez, 2012, pp. 413-429.

NETTO, José P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**. n. 104. Out./dez. São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**. n.107. jul./set. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 421-437.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**. n.116 out./dez. São Paulo: Cortez, 2013, pp. 609-635.

RICARDO, Antunes. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

RIBEIRO, Edaléa. Desafios postos ao exercício profissional do Serviço Social no Brasil em tempos de globalização neoliberal. **Cadernos de trabalho social**. N. 1, vol. 27, 2014.

PFEIFER, Mariana. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. **Serviço Social & Sociedade**. N.120, out./dez. São Paulo: Cortez, 2014, pp.746-766.
Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/0101-6628.008&pid=S0101-66282014000400009&pdf_path=sssoc/n120/09.pdf. Acesso em: 20 mai. 2015.

PFEIFER, Mariana; BARTH, Adams. Afinal, o que é questão social? Revista de Trabajo Social. N.7, vol. 4, 2012.